

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

ANA PAULA FERRAZ KRUEGER

**ANÁLISE ORGANIZACIONAL, ESTRUTURA PARTIDÁRIA E COMPETIÇÃO
ELEITORAL: UM ESTUDO DO PFL/DEM EM CURITIBA (1992-2012)**

CURITIBA

2013

ANA PAULA FERRAZ KRUEGER

**ANÁLISE ORGANIZACIONAL, ESTRUTURA PARTIDÁRIA E COMPETIÇÃO
ELEITORAL: UM ESTUDO DO PFL/DEM EM CURITIBA (1992-2012)**

Trabalho de Conclusão de Especialização apresentado
ao Curso de Sociologia Política da Universidade
Federal do Paraná – UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à amiga e parceira de inúmeros trabalhos Bruna Tays Silva pela inestimável ajuda na coleta de dados. Sem sua colaboração tudo seria muito mais difícil. Obrigada por tudo.

Agradeço a todos os professores, sem exceção, pelo aprendizado e pela dedicação.

E especialmente ao professor e orientador Dr. Paulo Roberto Neves Costa pelos precisos apontamentos e sugestões para esta monografia e pelas palavras de elogio sempre presentes.

A essa Ciência que de muitas formas iluminou
minha mente e espírito.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar uma possível associação entre desempenho eleitoral e organização partidária a partir do PFL/DEM de Curitiba abrangendo o período de 1992 a 2012. Para tanto, relacionou-se os resultados eleitorais do partido com dados sobre determinados aspectos de sua estrutura, quais sejam, sobre seus diretórios permanentes e comissões provisórias e sobre o número de filiados. Desta forma, partindo dos resultados das eleições majoritárias e proporcionais referentes ao período proposto, as análises pretendem apontar se houve um significativo impacto na forma organizativa do partido que favoreceu seu desempenho eleitoral, especialmente no ano 2000. Neste sentido, o trabalho recupera a importância da análise organizacional dos partidos para a compreensão da competição eleitoral, bem como procura avançar em análises que privilegiem os níveis subnacionais permitindo uma compreensão de suas dinâmicas próprias, de sua racionalidade política e de sua relação com processos do sistema partidário brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos Políticos; Organização Partidária; Política Municipal; PFL/DEM.

ABSTRACT

This study aims to examine a possible association between electoral performance and party organization from the PFL / DEM Curitiba covering the period 1992-2012. Therefore, if the related-party election results with data on certain aspects of its structure, namely their directories on permanent and temporary commissions and on the number of affiliates. Thus, based on the results of statewide elections and proportional for the period proposed analyzes intend to point out if there was a significant impact on the organizational form of the party that favored their electoral performance, especially in 2000. In this sense, the work reclaims the importance of organizational analysis of the parties to the understanding of electoral competition, as well as looking forward in analyzes that focus on sub national levels allowing an understanding of their own dynamics, its political rationality and its relation to processes Brazilian party system.

KEYWORDS: Political Parties, Party Organization, Municipal Politics, PFL / DEM.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 DESEMPENHO ELEITORAL PFL/DEM.....	13
2 ORGANIZAÇÃO LOCAL E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	18
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

Há duas coisas que não se perdoam entre os partidos políticos: a neutralidade e a apostasia (maricá)

INTRODUÇÃO

Há uma evidente resistência na maioria dos estudos contemporâneos em estudar os partidos políticos. Em parte, essa resistência é o efeito de dificuldades objetivas relacionadas a toda tentativa de análise organizativa. Mas, também se pode dizer que é o resultado de preconceitos, de hábitos embutidos na literatura sobre os partidos que criam determinadas barreiras entre o observador e o objeto observado. Sendo assim, a abordagem aqui desenvolvida consiste em considerar os partidos políticos a partir da definição de Panebianco (2005): como *organizações*. Para o autor, os partidos devem ser estudados na sua fisionomia e nas suas dimensões organizativas a partir de dois ângulos: i) o grau de vitalidade nos módulos organizativos, os sinais de declínio e avaliação de modalidades e direções e ii) observação das atividades, mudanças ou crises.

Segundo Panebianco (op.cit), como qualquer outra organização, os partidos se distinguem pelo ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica, ou seja, “quaisquer que sejam as outras possíveis arenas em comum com outras organizações, somente os partidos atuam na arena eleitoral disputando votos” (PANEBIANCO, 2005, p. 11). Isso permite inferir que os partidos se distinguem por uma atividade que não compartilham com nenhum outro tipo de organização e continuam sendo eficazes na mobilização dos eleitores.

De acordo com Bizzarro Neto e Freitas (2011), devido à organização federativa do Brasil, a forma mais apropriada para medir o impacto que o estabelecimento de organizações partidárias pode ter sobre os resultados eleitorais dos partidos é utilizar informações sobre órgãos partidários estabelecidos nos municípios, buscando assim verificar se as variações observadas nos resultados dos partidos nos municípios podem ser associadas à sua presença organizativa nessas localidades. Neste sentido, a instalação de órgãos partidários tenderia a ser mais importante para os resultados eleitorais dos partidos menores que dos partidos maiores, pois:

Isso se deve ao fato de que os maiores partidos estão organizados em praticamente todo o território do estado e em alguns casos têm histórico de ocupação dos principais cargos no sistema político estadual como o Governo ou cadeiras no Senado, aumentando assim a “entrada” desses partidos junto aos eleitores nos vários municípios. Partidos menores, organizados em menos municípios, tendem a ter mais votos justamente nas cidades nas quais estão presentes – e têm dificuldades para mobilizar eleitores onde não se organizaram – e essa associação tende a ter intensidade estatística maior que para os partidos maiores (BIZZARRO NETO; FREITAS, 2011, p.176).

Quanto à questão da filiação, essa é, em geral, fruto de uma solicitação familiar ou de amigos, um modo de se uniformizar as escolhas políticas predominantes na comunidade a que o inscrito pertence. Segundo Panebianco (op.cit), o filiado em todo partido, ocupa uma área intermediária de sobreposição entre o eleitorado fiel e os militantes. Para o autor, quanto mais controlada a filiação pelo partido, mais o filiado será incentivado a participar, ou seja, a transformar-se em militante. Os filiados são tanto eleitores que provavelmente depositarão seus votos nos partidos aos quais são filiados, como também, convertidos em “recursos” que podem ser utilizados pela liderança na mobilização de outros eleitores e na conquista do voto¹.

Com efeito, a utilidade da definição de Panebianco (op.cit) está localizada justamente na questão da eficácia organizativa dos partidos para a mobilização dos eleitores. Neste sentido, a intenção foi questionar o grau de impacto que o estabelecimento de organizações partidárias pode ter sobre o voto obtido pelos partidos. Para tanto, a análise se detém no papel dos fatores técnicos que também

¹ Ver também a literatura que contribui para explicar as substituições e renovações no universo dos filiados, bem como as descontinuidades na participação. Especialmente, N. Mc Innes, *The Communist Parties of Western Europe*, Londres, Oxford University Press, 1975, p. 5.

são importantes para explicar as dinâmicas organizativas. Panebianco afirma que esses fatores não podem ser omitidos nem mesmo por uma análise que privilegie a dimensão do poder organizativo acima de todas as outras.

A hipótese preliminar e que orienta esse trabalho é a de que o grau da dimensão organizativa de um partido faz diferença nos seus resultados eleitorais. Assumindo, como Panebianco (op.cit), que as estratégias partidárias dependem de como a organização resolveu ou costuma resolver seus dilemas organizativos e a eficácia de seus mecanismos para mobilizar os eleitores, esperava-se a confirmação que nos municípios em que os partidos se organizam, conseqüentemente, eles obtêm mais votos.

Dessa forma, partindo dos resultados eleitorais das eleições que compreendem o período de 1992 a 2012 para o Executivo e Legislativo Municipal, resultados esses obtidos em Curitiba pelo PFL/DEM e utilizando também as informações disponibilizadas pelo TSE/TRE sobre órgãos partidários municipais e do número de filiados ao partido no município, buscou-se evidências que apontassem um impacto nessa agremiação, preferencialmente sobre seu sucesso eleitoral em 2000².

O primeiro capítulo realiza uma breve análise da trajetória do partido a partir do ponto de vista de seu desempenho eleitoral no município de Curitiba no período compreendido entre 1992 a 2012.

O segundo capítulo apresenta uma descrição da organização local e dos dados sobre a filiação partidária e as associações estabelecidas entre estes aspectos organizativos e os resultados eleitorais do PFL/DEM no município.

² Neste trabalho não foi realizado um cotejo que pudesse verificar o impacto organizacional entre partidos em nível municipal. Sendo assim, o trabalho poderia ser tomado mais como um “caso” para fins de estudos comparados.

Por fim, nas considerações finais, avaliam-se os resultados e o possível papel desses fatores na estruturação das organizações de partido.

1. DESEMPENHO ELEITORAL PFL/DEM

O Partido da Frente Liberal³ (PFL), fundado em janeiro de 1985 obteve um desempenho a nível nacional muito importante, participando de todos os governos desde a Aliança Democrática (1985) até, pelo menos, 2002. No entanto, em Curitiba, o seu desempenho enquanto agremiação não teve índices expressivos e constantes. Em parte, pode-se apontar pelo fato de que os principais integrantes do PDS paranaense que romperam com a ala “malufista” do partido não fundaram o PFL, como aconteceu em outros estados, eles se dividiram em grande parte entre o PDT e o PTB (CERVI; CODATO, 2006)⁴.

Para tanto, e, dentro da conjuntura proposta, observa-se que o PFL/DEM não lançou candidatos com muita regularidade para concorrer às eleições majoritárias no município de Curitiba. Das eleições analisadas, somente em três foram lançados candidatos e em 2000 foi que o PFL obteve sucesso eleitoral e assumiu a prefeitura. A tabela 1 apresenta os dados de desempenho eleitoral do PFL/DEM para o Executivo Municipal em Curitiba de 1992 a 2012.

Tabela1 – Desempenho PFL/DEM nas eleições majoritárias

Eleições	Total de votos	Votos na	%	Candidatos
----------	----------------	----------	---	------------

³ Refundado em 28 de março de 2007 sob a legenda Democratas (DEM).

⁴ O trabalho de Cervi e Codato traz uma discussão sobre as causas da não institucionalização do Partido da Frente Liberal (PFL) no estado do Paraná, mesmo após quase seis anos de mandato do Governador Jaime Lerner que pertencia à legenda. O problema da pesquisa torna-se mais intrigante por tratar-se de uma organização que se destaca nacionalmente pela disciplina e pela coesão. Segundo os autores, mesmo após um significativo crescimento eleitoral do partido, não houve um correspondente fortalecimento da agremiação. A tese explicativa lançada é de que não houve um controle do PFL sobre o poder Executivo estadual, quando aquele estava à frente deste, mas, sim, o contrário, um domínio do governo sobre a sigla. O PFL, mesmo ocupando a chefia do poder Executivo estadual e monopolizando as questões-chave do governo, pagou caro pela dependência que tinha da figura do governador. Comparando dados que versam sobre momentos distintos, os autores mostraram que a dinâmica de emergência e míngua da legenda estava intimamente ligada à adesão de Jaime Lerner ao partido.

	Legenda			Lançados
1992	624.266	76.742	11,16%	Pizzatto
1996	758.502			
2000	861.993	378.998	43,97%	Taniguchi
2004	939.712	58.514	6,23%	Bertoldi
2008	1.007.509			
2012	984.683			

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

O Partido da Frente Liberal lançou nas eleições de 1992, Luciano Pizzatto como candidato a prefeito, ficando este em terceiro lugar na disputa com apenas 11% dos votos. Já em 1996, o partido coligou-se com o PDT/PPB/PTB/PSC em apoio a Cássio Taniguchi (PDT). Em 2000, o partido reelege o prefeito de Curitiba o ex-PDT Cássio Taniguchi com aproximadamente 44%⁵ dos votos (1º turno). Neste ano, nota-se um avanço eleitoral relevante para o partido.

Nas eleições municipais de 2004, Bertoldi é o candidato lançado pelo PFL para concorrer à prefeitura. Neste ano, o partido não obteve sucesso nas urnas e recebeu apenas 6% dos votos. Em 2008, já com a sigla DEM, não apresentou nenhum candidato, dessa vez preferiu uma coligação com o PP/PSL/PDT/PSB/PR/PDSC/PRP/PTN/PSDB em apoio ao então candidato Beto Richa. Em 2012:

⁵ Para a análise proposta torna-se relevante considerar o resultado do 1º turno. O resultado final (2º turno) foi de 462.811 votos para o prefeito reeleito Taniguchi (51,48%), e 436.270 para o petista Vanhoni (48,52%).

PRB/PP/PSL/PTN/PPS/PSDC/PHS/PMN/PTC/PSB/PRP/PSDB/PSD/PTB em favor ao candidato pesebista Ducci.

Na eleição de 2000, o partido aumentou seu número de cadeiras de quatro para nove. Dentro deste contexto, uma inferência colocada – além do exame de sua organização - é que o PFL e seus candidatos ao Legislativo Municipal dependeram, em parte, do candidato forte a majoritária e da conjuntura governante favorável. A tabela 2 apresenta as informações do desempenho eleitoral do partido para as proporcionais no município.

Tabela 2 – Desempenho PFL/DEM nas eleições proporcionais

Eleições	Total de votos	Votos na Legenda	%	Nº de cadeiras	Candidatos Lançados
1992	664.258	*	*	3	97
1996	755.887	3.405	0,5%	4	41
2000	850.525	45.953	5,1%	9	58
2004	919.637	6.819	0,7%	5	40
2008	965.083	2.062	0,2%	3	51
2012	910.527	1.120	0,11%	2	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

*Dados não disponíveis

Observa-se que, em 1992, o partido ocupou duas cadeiras, dobrando em 1996, e, aumentando significativamente para nove em 2000 com a eleição de Cássio Taniguchi. No pleito de 2004, o partido volta a ocupar a média de cadeiras anteriores, cinco, três em 2008 e duas em 2012. Neste quadro, outro aspecto interessante que pode ser apontado é o grau de identificação do eleitorado junto ao partido, podendo ser mensurado por meio da “preferência partidária”, ou seja, do voto de legenda. Em 2000, o partido recebeu 45.953 votos na sua legenda, caindo significativamente em 2012 para 1.120 votos.

Em 1996, o partido lançou 41 candidatos para disputar a Câmara dos vereadores. Neste ano, somente 3.405 eleitores votaram no partido, cerca de 5% do eleitorado, uma quantia relativamente baixa. Nas eleições seguintes, com um candidato de renome municipal e forte potencial eleitoral, tentando a reeleição ao cargo de prefeito, o partido lançou um total de 58 candidatos para disputar a Câmara, 17 a mais que na eleição anterior.

Com 40 candidatos lançados em 2004, a quantidade de votos na legenda do partido era de 7%, um pouco a mais que o ano de 1996. No entanto, é importante ressaltar que, o número de votantes aumentou de 755.887 em 1996 para 919.637 em 2004. Em 2008, sem candidato concorrendo às eleições majoritárias, o partido em apoio ao PSDB de Beto Richa, lançou 51 candidatos para disputar a Câmara de vereadores. Os votos na legenda do partido não foram significativos, somente 2.062 votantes escolheram a sigla para representá-los. Com efeito, nas eleições posteriores a 2000, pode-se apontar um índice decrescente de votos na legenda do partido.

Por meio dos votos nominiais recebidos pelos candidatos se pode determinar a ordem de colocação na lista do partido e quais são os candidatos que assumirão as cadeiras destinadas à coligação ou ao partido. Além disso, permite averiguar qual o tamanho da força eleitoral que alguns candidatos possuem individualmente dentro do seu partido. Nos anos analisados, o partido ultrapassou o habitual uma só vez, que foi no ano de 2000. Nos demais períodos, o PFL/DEM se manteve entre uma margem de 7% a 10% dos votos nominiais.

Em 1992, os eleitores que votaram exclusivamente em um determinado nome corresponderam a um total de 8% de votos. Já em 1996, houve um aumento de 1% com relação ao primeiro pleito analisado. Em 2004, o partido chegou a atingir os 10% de eleitores curitibanos que votaram em nomes de candidatos específicos do PFL. E então, como já foi observado anteriormente, o partido sofre uma queda considerável no ano de 2008, recebendo apenas 7% de votos que foram destinados aos candidatos mais visíveis ou “populares” do partido.

Torna-se importante observar que, em 1996, o partido recebeu mais de 10% dos votos válidos em seus candidatos a vereadores. Nesse ano, o PFL apoiou o PDT nas eleições majoritárias e não lançou candidato. Em 2000, o percentual chegou a atingir 22% dos votos, cerca de 190 mil eleitores. Na eleição municipal seguinte, o partido volta para a casa dos 11% de votos, com Bertoldi disputando a prefeitura. Em 2008, novamente o partido não apresentou nenhum nome para a eleição majoritária da cidade. Neste ano, o partido obteve um baixo resultado, com apenas 7% dos votos e continuamente em 2012. Esses resultados podem apontar para uma significativa e contínua queda de capital eleitoral que o partido sofreu na capital paranaense ao longo do período analisado⁶.

Em síntese, nas eleições analisadas, o PFL/DEM demonstrou uma “baixa força eleitoral”, pois não apresentou nenhuma tendência significativa de crescimento eleitoral. Excetuando o “período Taniguchi,” o desempenho eleitoral do partido caiu significativamente. Ressalta-se ainda que, após esse período, o partido volta a ser uma “organização acessória” no cenário político da capital. Em parte, para além de sua estrutura organizativa, torna-se importante dizer que, houve um “preço” pela dependência quase exclusiva de uma liderança personalista e de alianças com outros partidos.

⁶ Um fator para mensurar o desempenho eleitoral de um partido é a quantidade de votos que o mesmo recebe, por exemplo, nas eleições proporcionais de um município. No caso aqui, o total de votos que os vereadores receberam ao longo das eleições analisadas torna-se relevante para diagnosticar o resultado global de desempenho eleitoral do partido.

2. ORGANIZAÇÃO LOCAL E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Com uma população estimada em 1.776.781 habitantes – sendo que dessa, 1.172.939 são eleitores habilitados a votar – Curitiba certamente se configura como um espaço complexo para a construção organizativa de partidos políticos. No caso do PFL/DEM, este possui órgão municipal no município. A tabela 3 apresenta os tipos de órgãos compreendidos no período de 1992 a 2012⁷.

Tabela 3 - Órgão Municipal PFL/DEM - Curitiba - 1992 - 2012

PFL/DEM	Órgão Municipal
1992	Comissão Provisória
1995	Comissão Provisória
1999	Diretório
2003	Comissão Provisória
2005	Comissão Provisória

⁷ As prestações de contas dos diretórios, assim como dados referentes à filiação partidária, são públicos há muitos anos. Porém, a facilidade de acesso a essas informações avançou lentamente. A dificuldade relaciona-se ainda ao fato de que os partidos relutam em disponibilizar determinados tipos de dados ou, então, não tem como fornecê-los, devido as suas próprias limitações organizacionais.

2006	Comissão Provisória
2007	Comissão Provisória
2008	Diretório
2011	Diretório
2012	Diretório

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos fornecidos pelo TRE - Curitiba.

Um ponto que merece destaque nas modalidades de organização dos partidos é o grande número de partidos que sobrevivem organizacionalmente apoiados em comissões provisórias. Com efeito, as lideranças dos principais partidos tem mobilizado com frequência o mecanismo das comissões provisórias como recurso de poder nas disputas internas e de estratégia de controle das instâncias subnacionais. Além disso, as comissões provisórias são instituídas pela liderança estadual – e não por eleição entre os membros do partido municipal – o que torna sua institucionalização significativamente mais frágil e o controle da liderança estadual mais eficaz sobre os órgãos municipais. Segundo Bizzarro Neto e Freitas (op.cit), a predominância de comissões provisórias se torna um mecanismo de controle eficaz, que define os partidos nos quais a coalizão dominante estadualmente tem uma forte capacidade de intervir nos órgãos municipais. Já os diretórios, para esses mesmos autores, configuram-se como organizações mais abrangentes e complexas.

Quando um partido surge, conforme a legislação partidária, ele tem o prazo de um ano para conseguir um número mínimo de filiados que permita a realização de convenções e a constituição de diretórios em pelo menos nove estados. Durante esse período, todo partido se constitui com comissões executivas provisórias em

todos os níveis em que se faz presente. O nível mais alto nomeia as comissões provisórias dos níveis inferiores.

No caso do PFL/DEM, observa-se que, no início dos anos 90, estabeleceram-se somente comissões provisórias no município com exceção ao ano de 1999, ano que antecede a reeleição do candidato Cássio Taniguchi pela legenda. Após esse período, próximo as eleições de 2004, o partido volta a estabelecer sucessivamente comissões provisórias até 2008, ano que deu origem ao diretório municipal permanente até hoje.

Além da organização municipal, uma segunda dimensão da análise organizativa que se levou em conta foi o número de filiados⁸. Embora, possa-se dizer que, a grande maioria dos filiados as legendas não participa da vida partidária. Mesmo nas convenções - instâncias máximas de deliberação - as principais decisões referentes à formação das listas partidárias, coligações, candidaturas majoritárias e composição das direções e executivas estaduais são tomadas por poucos dirigentes. Como indicado por Mair e Van Biezen (2001), o número de filiados a partidos tem caído significativamente em todo o mundo nos últimos anos⁹. Esse processo está associado às transformações internas dos partidos quanto a tendências globais nos índices de associativismo e participação da população nos mais variados espaços.

De acordo com Panebianco (op.cit), os efeitos diretos da dimensão organizativa sobre o funcionamento dos partidos, pode ser medida em termos de filiados, mas com a advertência de que seu número é um indicador muito rudimentar e, por vezes, insuficiente, por exemplo, pela variação de recrutamento que varia de

⁸ Como apontado por Panebianco (op.cit) a associação desses elementos é importante, pois se apresentam como recursos disponíveis para a atuação de partidos em contextos democráticos.

⁹ Como apontado por Bizzarro Neto e Freitas (op.cit) é impossível buscar aqui grandes explicações para esse fenômeno no país, mas é certamente um fenômeno curioso, afinal não parecem ser tão importantes no caso brasileiro os dois incentivos centrais para a promoção de políticas de filiação partidária por parte das lideranças: legitimidade conferida pelo grande número de filiados e recursos organizativos derivados do número de filiados.

partido para partido. Mas ainda que, rudimentar e seguramente insuficiente, o critério das filiações torna-se significativo para medir a dimensão organizativa¹⁰.

Pode-se apontar também que, a filiação se insere no cumprimento de exigência da legislação partidária. Como dito anteriormente, para a criação de um diretório, o partido precisa obter um número mínimo de filiados, fixado conforme o tamanho do eleitorado do município. A tabela abaixo apresenta o número de filiados ao partido dentro do período proposto.

Tabela 4 – Número de filiados PFL/DEM – Curitiba - 1992 - 2012

PFL/DEM	Filiados
1992	6.415
1996	6.494
2000	6.669
2004	6.756

¹⁰ Torna-se importante ressaltar que, para Panebianco (op.cit), relacionar o índice de participação dos filiados à dimensão pode significar contextualmente, fazer duas afirmações: i) as organizações menores são mais “participativas” do que as organizações maiores; e ii) a variação da dimensão modifica (inversamente) o índice de participação. Ver pp. 360 – 362.

2008	7.293
2012	7.294

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE/TRE.

Os dados recolhidos sobre os órgãos partidários e sobre a filiação do PFL/DEM em Curitiba demonstram inicialmente, que há algum tipo de recurso organizativo, traduzindo um cenário eleitoral típico e competitivo. Neste sentido, a expectativa é que tais recursos tenham algum impacto sobre os resultados eleitorais do partido, preferencialmente em 2000.

Para a análise, procedeu-se a uma verificação de associação entre os resultados eleitorais e i) “tipo” de organização municipal, ii) número de filiados, avaliando o possível impacto que a organização partidária tem sobre os resultados eleitorais de seus candidatos, buscando evidências que sugerissem a confirmação da hipótese preliminar, qual seja, o grau da dimensão organizativa de um partido faz diferença nos seus resultados eleitorais. Preferencialmente em 2000, onde o PFL/DEM obteve um maior sucesso eleitoral.

O que as primeiras inferências apontam é que aparentemente não há uma correlação estreita entre o número de filiados ao partido e seus resultados nas eleições de 2000. Quando a análise se volta em termos comparativos, observa-se que nos anos em que o PFL/DEM lançou candidatos a majoritária no município – 1992; 2000; 2004 – o quadro do número de filiados ao partido praticamente não se alterou - 6.415; 6.669; 6.756 respectivamente. Nas eleições proporcionais também não foi observada uma correlação entre o número de filiados e as cadeiras obtidas

na Câmara municipal, pois em termos de aumento significativo de cadeiras, particularmente, somente a eleição de 2000. Nas outras eleições analisadas, o número de cadeiras obtidas esteve na média entre três e cinco, dependendo de forma clara, que o número de filiados não foi um recurso organizativo relevante.

Outro ponto que emerge da análise é se existe ou não uma relação entre órgãos municipais e voto para o partido. A análise para essa correlação na eleição de 2000 sugere a hipótese que o candidato reeleito a prefeitura do município foi menos dependente da organização municipal do seu partido¹¹, pois a institucionalização de um diretório para essa eleição pode suscitar dois pontos importantes: i) a instalação de órgãos partidários tende a ser mais importante para os resultados eleitorais de partidos menores; ii) os diretórios são constituídos por membros do partido municipal.

Com efeito, a reeleição de Taniguchi para a prefeitura de Curitiba em 2000, em termos de organização municipal não se mostrou fortemente correlacionada, pois em primeiro lugar, não há como comprovar pelos dados disponíveis uma relação mecânica entre organização local e candidatos a maioria sem analisar outros recursos. E, em segundo lugar, nos outros anos em que houve o estabelecimento de um diretório, o partido não lançou candidatos a maioria. Também, não há como correlacionar esses elementos nas outras eleições em que o PFL/DEM lançou candidatos e não obteve sucesso, mesmo que nesses anos (1992 e 2004) tenham-se constituído comissões provisórias. Neste sentido, a organização municipal pode se tornar um recurso, mas não foi expressivo para as eleições majoritárias no município.

Por outro lado, a hipótese sugerida para os cargos proporcionais seria que, nesse caso, as campanhas são menos “abrangentes” e os recursos mais escassos, aventando uma maior dependência dos candidatos as organizações locais. O que se pode sugerir é que os diretórios são significativamente menos frágeis que as comissões e sofrem menos interferência de lideranças estaduais, portanto abrem espaço a novas lideranças locais.

¹¹ Torna-se importante dizer que, candidatos aos cargos majoritários tem um tempo maior para conquistar votos através da televisão, entre outros elementos.

Além desses pontos, é importante entender que os elementos que aparecem nos resultados obtidos não foram submetidos a uma análise comparativa e, portanto, mais extensamente explorados. Como dito anteriormente, este trabalho tem por análise um único partido e sua dinâmica própria de relações entre organização e desempenho eleitoral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese lançada foi a de que a organização faz diferença nos resultados eleitorais dos partidos. O fato das correlações examinadas não serem significativas para o partido dentro do período examinado, não pode desconsiderar a importância da organização como um elemento importante na compreensão de resultados eleitorais. Isso na realidade, só eleva a complexidade da compreensão dos fenômenos político-partidários. Assim, as tentativas de compreensão da dinâmica eleitoral e política no município de Curitiba tem que ser capaz de unir um conjunto complexo de evidências que, nesse caso, foram aparentemente contraditórias.

A análise da primeira relação, mesmo não sendo significativa, demonstrou por um lado a hipótese de que a constituição de órgãos municipais pode ter impacto mais efetivo sobre os resultados dos partidos menores que dos maiores. Isso se deve, como já apontado por Bizzarro Neto e Freitas (op.cit) ao fato de que para um partido pequeno, as bases municipais oferecem “entrada” no eleitorado das cidades e recursos importantes que os maiores partidos podem obter por meio de outros mecanismos. Dentro do quadro analisado, pode-se dizer que, não houve uma correlação expressiva para o PFL/DEM em termos de organização municipal e desempenho eleitoral.

Também, no caso da segunda relação, não houve confirmação que o número de filiados tenderia a ser mais importante para os partidos maiores que para os partidos menores. Não houve um aumento significativo desse elemento nas eleições analisadas. O número de filiados no ano 2000 esteve entre a média das outras eleições.

Com efeito, é necessário fazer uma escolha, estabelecer um modo de medir a dimensão organizativa de um partido. Pois, como já demonstrado por Duverger, não há uma relação unívoca entre, por exemplo, os tipos de relação aqui analisados, mas ambos os tipos são suscetíveis de produzir consequências organizativas. Todavia trata-se de efeitos de gênero distintos. A dimensão eleitoral (medida pelo número de votos) tem efeitos essencialmente indiretos sobre a organização

influenciando suas relações com o ambiente externo. Mas, se o interesse for aos efeitos diretos da dimensão organizativa sobre o funcionamento dos partidos, no caso, sobre seu desempenho eleitoral, os critérios usados aqui se tornam válidos, mas não determinantes.

O que se evidencia, portanto, é o fato de que ainda há um longo caminho a percorrer para a plena compreensão da dinâmica política nos municípios, estados e no país. O federalismo e o sistema eleitoral podem ter impactos diferenciados sobre a dinâmica política nacional, estadual e municipal. Torna-se necessário avançar e privilegiar análises para os níveis subnacionais, buscando evidências que permitam a compreensão de suas dinâmicas próprias – sua racionalidade política contextual – e sua relação com o processo de institucionalização do sistema partidário brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIZZARRO NETO, Fernando A; FREITAS, Vítor Eduardo Veras de S. Organização faz diferença? **Estruturas partidárias, filiados e voto em São Paulo nas eleições de 2010**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 2, n. 2, 2011, pp. 174 – 189.

BRASIL. TRIBUNAL ELEITORAL REGIONAL DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; CODATO, Adriano Nervo. Institucionalização Partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATO, Adriano Nervo & SANTOS, Fernando José dos. (Orgs.) **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, 2006.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1980.

MAIR, P.; BIEZEN, I. V. **Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000**. Party Politics, v.7, n. 1, p. 5-21, 2001.

MC INNES, N. **The Communist Parties of Western Europe**. Londres, Oxford University Press, 1975, p. 5.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.